



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 47/XI/ 2.ª SL

Aos 10 dias do mês de Novembro de 2010, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1 - Audição do Senhor Secretário de Estado da Energia e da Inovação e do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus sobre a apresentação do Plano Nacional de Reformas (PNR), no âmbito da aplicação da Estratégia 2020;

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Vitalino Canas (PS), inaugurou a reunião, dando as boas-vindas aos Senhores Secretários de Estado e salientando que a presente reunião se realizava por sugestão do próprio Governo, com vista à realização de um debate prévio, em sede da Comissão parlamentar de Assuntos Europeus, à apresentação do Plano Nacional de Reformas à Comissão Europeia a 12 de Novembro.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Pedro Lourtie, fez uma breve introdução quanto ao processo de aprovação, pelo Governo Português, das linhas de orientação globais para a elaboração do Plano Nacional de Reforma, tendo em conta os objectivos estabelecidos para 2020 e ao calendário deste processo ao nível europeu, que ainda será objecto de debate em sede do Conselho Económico e Social (ECOFIN), do Conselho de Assuntos Gerais e, por fim, do Conselho Europeu.

O Senhor Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Carlos Zorrinho, recordou que a Estratégia 2020 assentava em dois pilares, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e os Planos Nacionais de Reforma, e que os Estados-Membros se

comprometeram em apresentar à Comissão Europeia, a 12 de Novembro, as linhas de orientação que presidirão ao respectivo Plano Nacional de Reforma, a ser apresentado em Abril de 2011. O Plano Nacional de Reformas a apresentar por cada País deve articular-se com o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego. No respeitante ao Governo Português, salientou o processo inclusivo que presidiu à concepção das referidas linhas orientadoras, com audições a várias instituições e à sociedade civil, cuja aprovação se previa para o dia seguinte, em sede de Conselho de Ministros. Comprometeu-se a enviar o referido documento à AR, no momento em que fosse remetido à Comissão Europeia.

Assim, informou que Portugal estabeleceria como metas do seu PNR para 2020:

1. Competitividade, I&D e Inovação: intensidade em I&D (DIDE/PIB): 2,7% - 3,3%, dos quais de 1,0% - 1,2% no sector público e de 1,7% - 2,1% no sector privado;
2. Melhor e mais Educação: redução para 10% (meta intermédia de 15% em 2015) da taxa de saída precoce do sistema de ensino - e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos;
3. Clima e Energia: 31% da electricidade consumida produzida com recurso a fontes endógenas e renováveis, aumento da eficiência energética em 20% e contributo nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa ao nível europeu em 20%;
4. Aumentar o Emprego: taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos (meta tendencial e sujeita a avaliações intermédias);
5. Combate à pobreza e às desigualdades sociais: redução faseada do nível de pobreza com vista à redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres até 2020 (meta tendencial e sujeita a avaliações intermédias).

Sublinhou o objectivo de anular, até 2020, a discrepância geracional em relação a uma série de indicadores fundamentais para o desenvolvimento da sociedade portuguesa e de continuar a favorecer as exportações e a reduzir as importações, fixando como objectivo atingir 40% do PIB com origem nas exportações.

No decurso do debate intervieram os Senhores Deputados Carlos Costa Neves (PSD), Cecília Honório (BE), Sérgio Sousa Pinto (PS), Luís Rodrigues (PSD), que elencaram os aspectos positivos (novo método de trabalho) e negativos (objectivos difusos, dificuldades na implementação ao nível nacional e na avaliação, e, sobretudo, o não cumprimento do objectivo de tornar a UE na economia mais competitiva do mundo em 2010, etc.) da experiência tida com a Estratégia de

Lisboa, destacando a abordagem mais focada da Estratégia 2020 e do previsto processo de avaliação que sobre ela impenderá. Foi também questionada a relação deste processo com o do QREN ao nível nacional e solicitado o envio atempado à AR do documento que será apresentado em Abril de 2011 sobre o PNR, nomeadamente se tal exigir alterações legislativas ao nível nacional. Foi ainda realçada a necessidade de se atribuir uma maior importância à política de emprego, conciliada com a política de restrição orçamental, com a reforma dos sistemas de pensões e com o combate à pobreza. Salientaram-se também os efeitos perniciosos que os mecanismos de sanções poderão ter para os Estados-Membros que não cumpram os critérios da governação económica e a necessidade de adaptação da legislação laboral e a adopção de políticas que favoreçam o sector exportador. Foi também referida a importância das pequenas e médias empresas que trabalhavam para o mercado nacional e que, assim, impediam a subida das importações. Foi ainda colocada a questão de saber a razão pela qual, para efeitos da presente audição, o Sr. Ministro da Economia fora substituído pelo Sr. Secretário de Estado, tendo ainda sido expressa a perplexidade em relação ao facto das metas apresentadas serem coincidentes com as definidas pela UE e que tinham sido já anunciada em Junho passado. Foi, por fim, colocada a atónica na forma como o Governo previa atingir os objectivos fixados e que esse deveria ser o foco do debate político, nomeadamente saber de que forma é que as medidas de execução previstas viriam a afectar as empresas e os portugueses, uma vez que, quanto às metas em si, existe um acordo generalizado.

O Senhor Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Carlos Zorrinho, procurou dar resposta às questões colocadas, sublinhando a presença do Governo perante a comissão parlamentar antes do envio do documento à Comissão Europeia e disponibilizando-se para trabalhar em conjunto com a CAE na preparação do PNR, a ser apresentado em Abril de 2011.

Numa segunda ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados José Ribeiro (PS), João Serpa Oliva (CDS-PP) e Alberto Costa (PS), que assinalaram a necessidade de se retirarem lições do processo da Estratégia de Lisboa e de se procurarem antever as variáveis imprevistas que possam eventualmente surgir no decurso deste processo. Colocou-se a tónica no combate à pobreza, sem o qual muitas das metas não poderão ser atingidas, assim como as questões referentes às consequências do decréscimo demográfico. Foi ainda referido o processo referente ao "semestre europeu" e ao desafio que constituía para o sistema português de produção de estatística. Foi também realçada a necessidade do envolvimento dos Parlamentos Nacionais (PN) neste processo, sendo atempadamente habilitados com elementos documentais preparatórios. Por fim, foi salientada a ausência de um

conceito mobilizador para a "Estratégia 2020", sendo que o foco deveria estar na aposta nos sectores transaccionáveis, nas reformas de contexto, no aumento das qualificações e no quadrilátero fundamental da promoção do emprego, da competitividade económica, da protecção social e do combate à pobreza.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Pedro Lourtie, colocou a tónica na questão da produtividade, das qualificações e na inovação e desenvolvimento, como tem vindo a acontecer em Portugal através do Plano Tecnológico. Referiu o contributo da realização do Censos 2011 para a questão da estatística e considerou que os Parlamentos Nacionais já participavam no processo de debate sobre estas questões.

Por fim, o Senhor Secretário de Estado da Energia e da Inovação, Carlos Zorrinho, referiu que a questão da estabilidade monetária, da reforma do sistema económico da UE, por um lado, e, por outro, do PEC e dos PNR, constituiriam as bases necessárias ao cumprimento dos objectivos enunciados que, com o apoio de todos, se poderiam atingir.

II PARTE

2 - Discussão do Projecto de Resolução n.º 292/XI - Acompanhar a execução da Decisão do Conselho da União Europeia da redução dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) contextualizou a apresentação do Projecto de Resolução em apreço no âmbito do grupo de trabalho "Têxteis e Vestuário" da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, salientando ter-se tratado de um processo que reuniu o consenso entre os Grupos Parlamentares que constituem o mencionado grupo de trabalho.

Após a apresentação do Projecto de Resolução tomou a palavra o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), que expressou a sua estranheza pelo Projecto de Resolução não contemplar o algodão, ao que o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) esclareceu, informando que se previa que a decisão do Conselho da UE apenas afectasse onze produtos com concorrência directa a 0,6% das exportações portuguesas.

O Sr. Presidente, Deputado Vitalino Canas, alertou para a necessidade de se averiguar se o conteúdo do Projecto de Resolução ainda teria efeito útil, no contexto do processo de decisão europeu.

3 - Balanço da participação da delegação da CAE/AR à XLIV COSAC, em Bruxelas, 24 a 26 Outubro de 2010 e apresentação do respectivo Relatório;

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Deputado Alberto Costa (PS) por ter chefiado, por impossibilidade sua, a delegação da CAE à COSAC.

O Sr. Deputado Alberto Costa procedeu a uma síntese da participação da delegação da CAE na COSAC e salientou a evolução da COSAC nos últimos 20 anos, considerando que, actualmente, a realização de um debate directo entre os Presidentes do Conselho Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia e parlamentares nacionais e europeus constituída uma evolução positiva e conferia maior interesse político à Conferência. Relatou o debate tido em cada um dos temas da COSAC:

- o Estado da arte da Presidência belga da UE – apresentado pelo Primeiro-Ministro Belga;
- o Debate sobre o Relatório bianual (Desenvolvimento sustentável e o programa UE2020, apresentado pelo Prof. Doutor Jean-Pascal Van Ypersele, UCL (tbc). Salientou a fórmula usada durante o debate quanto ao apoio “condicionado” à Estratégia 2020, exigindo uma maior monitorização por parte dos Parlamentos Nacionais, tanto ao nível da UE, como ao nível da definição dos PNR;
- o Controlo parlamentar da Política Europeia de Segurança e Defesa, apresentado pelo Prof. Doutor Jan Wouters, KUL). Relativamente a este tema, referiu a importância acrescida de um controlo parlamentar nesta matéria, uma vez extinta a Assembleia Parlamentar da UEO. Relatou a clivagem de pontos de vista em debate no que concerne a inclusão ou exclusão do PE neste controlo e no grau de escrutínio a desenvolver (acompanhamento, monitorização ou controlo parlamentar). Por fim, informou que uma das propostas apresentadas seria no sentido deste escrutínio poder vir a ser concretizado em torno de plataformas de cooperação interparlamentar já existentes, nomeadamente a COSAC;
- o Futuro papel da COSAC na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, apresentado pelo Sr. Deputado Herman De Croo (tbc)). Sobre este tema, realçou a ideia do Programa de Trabalho da Comissão Europeia poder passar a ser apresentado perante os parlamentares europeus e nacionais aí reunidos na sua sessão do Outono e considerou existirem condições mais favoráveis para que uma aliança parlamentar entre PE e PN se desenvolva num novo pólo de influência na UE;
- o Debate com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso;
- o Debate com o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy; e, por fim,

- o Debate e a adopção do contributo e das conclusões da XLIV COSAC (que junto se anexam).

4 - Balanço da visita da delegação da CAE às Instituições da UE - Bruxelas e apresentação do Relatório.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) relatou a visita da delegação da CAE às instituições europeias, incluindo:

- o encontro com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, responsável pelas relações interinstitucionais e administração, dedicado ao tema "As relações entre a Comissão Europeia e os Parlamentos Nacionais", de que destacou o papel cimeiro da Assembleia da República no envio de Pareceres às instituições europeias, a importância atribuída pelo Vice-Presidente no desenvolvimento do diálogo político entre os PN e a CE sobre os conteúdos das iniciativas europeias, e não apenas quanto ao escrutínio do princípio da subsidiariedade, assim como as matérias que foram reorganizadas pelo Tratado de Lisboa e os novos protagonistas e métodos de trabalho que surgiram na sequência da entrada em vigor do Tratado;
- a reunião de trabalho na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia. Relatou que o Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, Embaixador Manuel Lobo Antunes, entre outras questões, referiu as dificuldades relacionadas com as novas relações entre os Presidentes da CE, do Conselho Europeu, do Conselho e do PE. Referiu também o *briefing* apresentado por Conselheiros da REPER sobre alguns dos temas das sete prioridades seleccionadas pela CAE para escrutínio reforçado para 2010: o futuro da PAC; a revisão da Directiva sobre o tempo de trabalho e as perspectivas financeiras 2014-2020, notando a dificuldade de acompanhamento político, e até técnico, do ritmo das negociações em curso nos mais variados domínios de actuação da UE, nomeadamente no referente ao extenso pacote de iniciativas no âmbito do combate à crise económico-financeira e da concepção da governação económica;
- o encontro de trabalho com Poul Skytte Christoffersen, Conselheiro Especial da Alta-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, dedicado ao tema "O Serviço Europeu de Acção Externa",
- o encontro de trabalho com os Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu; e
- o encontro de trabalho com o Vice-Presidente do PE responsável pelas relações com os Parlamentos Nacionais e Presidente do Grupo Director do PE para as relações com os PN (*Steering Group*), Miguel Angel Martínez Martínez (S&D).

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) apelou para a necessidade dos Deputados nacionais e europeus se reunirem mais regular e informalmente para a troca de

informação e pontos de vista e realçou a prestação da AR em matéria de controlo da subsidiariedade, apelando, contudo, a que o sucesso estatístico fosse substituído por uma análise mais cuidada da substância das iniciativas europeias.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) realçou que o Relatório elaborado sobre a visita era detalhado e preciso, agradecendo o esforço e a qualidade dos Serviços de apoio à CAE e ao "Antena" da AR em Bruxelas, Dr. Bruno Pinheiro, na preparação e realização desta visita de uma delegação da CAE às instituições europeias.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) regozijou-se por ter participado na mencionada visita e salientou a referência feita pelo Sr. Eurodeputado Espanhol Miguel Angel Martínez Martínez (S&D) ao trabalho desenvolvido pela Dra. Teresa Paulo aquando do seu mandato como "Antena" da AR em Bruxelas.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) salientou o clima de grande cordialidade registado entre os membros da delegação da CAE, assim como a notável qualidade da chefia da delegação pelo Sr. Deputado Alberto Costa e dos técnicos que concorreram para a realização desta visita, notando que um apoio técnico de qualidade qualificava o trabalho político dos Deputados.

A Sra. Deputada A Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) regozijou-se por ter participado na visita em apreço e da visão que a visita lhe conferiu de como funcionavam as instituições europeias. Sublinhou a importância no desenvolvimento das relações entre Deputados nacionais e europeus e testemunhou a utilidade do encontro que ocorreu em Bruxelas, fazendo votos que os colegas possam vir a ter no futuro a mesma oportunidade.

O Sr. Presidente agradeceu a participação dos membros da delegação da CAE no relato da visita às instituições europeias. Recordou que todos consideravam importante que se desenvolvessem as relações entre parlamentares nacionais e europeus e, nesse sentido, deu nota da realização, no dia 5 de Janeiro, da reunião parlamentar anual sobre o Programa de Trabalho da CE, com a participação activa de eurodeputados, nomeadamente na selecção das seis prioridades da AR para 2011. Para o próximo ano, apelou a que a CAE se empenhasse na concretização de dois desígnios: na redução do n.º de pronúncias e, proporcionalmente, no alargamento da base de discussão sobre as iniciativas consideradas politicamente prioritárias.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) recordou o facto do "pacote da governação económica" se realizar em dois tempos: num primeiro momento, ao nível da UE,

em que os PN não podem participar de forma substantiva, e, depois, ao nível nacional, na fase de implementação e apelou à necessidade de se encontrar um momento/mecanismo que possibilitasse a participação dos PN na fase inicial, como, por exemplo, através de uma reunião convocada por uma Comissão do PE, que convidaria as COF e as CAE dos Paramentos dos Estados-Membros, ou de uma Conferência entre os PN dedicada ao debate sobre a definição, ao nível europeu, dos projectos de orçamento nacionais, ou, ainda, dedicar um momento da COSAC ao debate do "semestre europeu" com o Presidente da Comissão Europeia, por exemplo já na reunião de 10-11 de Fevereiro, que reúne os Presidentes das CAE.

5 - Apreciação e votação do Parecer elaborado na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;

O Sr. Presidente inaugurou o ponto 5 da ordem do dia.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) apresentou o Parecer sobre o Livro Verde sobre Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros (COM (2010) 365), fazendo referência ao Relatório enviado pela 11ª Comissão, especializada em razão da matéria.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS/PP) louvou o trabalho realizado pela Sra. Deputada autora do Parecer, bem como o Relatório da Comissão especializada. Expressou, contudo, a sua discordância com a parte das Conclusões em que se afirmava que o sistema de pensões português era um dos mais ajustados da UE, justificando a sua divergência de ponto de vista e defendendo um sistema misto público-privado, garante de maior equilíbrio e justiça.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) fundamentou a sua afirmação, precisando que considerava que o sistema nacional de pensões era dos mais ajustados por ser dos mais generosos, optando por manter o adjectivo.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) citou parte do Relatório da 12.ª Comissão, realçando a questão demográfica associada à questão do sistema de pensões.

Findo o debate, o Sr. Presidente colocou o Parecer à votação, registando a sua aprovação por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e CE, com a abstenção do CDS/PP, na ausência do PCP.

O Sr. Deputado Arménio Santos (PSD) apresentou o Parecer da autoria do Sr. Deputado José Ferreira Gomes sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece o primeiro programa da política do espectro radioelétrico (COM (2010) 471), que a 9.ª Comissão deliberou não escrutinar.

O Sr. Presidente, para cumprimento de compromissos assumidos, fez-se substituir na Presidência da reunião pelo Vice-Presidente Pedro Brandão Rodrigues (CDS/PP), que colocou o Parecer a votação, tendo registado a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE, na ausência do PCP.

O Sr. Deputado Arménio Santos (PSD) apresentou o seu Parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a comercialização e utilização de precursores de explosivos (COM (2010) 473), considerando o Relatório da 6.ª Comissão.

O Sr. Vice-Presidente colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE, na ausência do PCP.

O Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao próximo autor de Parecer, informando que a 9.ª Comissão não aprovara atempadamente o Relatório sobre a matéria em apreço.

O Sr. Deputado José Ribeiro (PS) apresentou o Parecer sobre a Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um espaço ferroviário europeu único (COM (2010) 475), lamentando a inexistência de Relatório por parte da Comissão especializada em razão da matéria que se revelaria útil no caso vertente, dada a especificidade da iniciativa.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) considerou tratar-se de uma questão essencialmente política, com possíveis consequências para o futuro colectivo do país, pelo que deveria ter tido outro tipo de tratamento.

O Sr. Vice-Presidente colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE, na ausência do PCP, e passou ao ponto 6 da ordem do dia.

6 - Nomeação de Deputados Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente ao seguinte Relatório e iniciativas europeias:

- Relatório da 3.^a Comissão sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada (COM (2010) 494). Informou que a elaboração do Parecer da CAE cabia ao PCP e que o escrutínio desta iniciativa se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminava no dia 25 de Novembro, pelo que deveria ser apreciado na reunião da CAE de dia 23 de Novembro;
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 460/2004, que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, no que respeita à duração da agência (COM (2010) 520). Informou que a elaboração do Parecer da CAE cabia ao CDS/PP, nos mesmos termos que a anterior. Registou a indicação do Sr. Deputado João Serpa Oliva como autor do Parecer por parte daquele Grupo Parlamentar;
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às vendas a descoberto e a certos aspectos dos swaps de risco de incumprimento (COM (2010) 482). Referiu que a elaboração do Parecer da CAE cabia ao PSD, nos mesmos termos que as anteriores. Registou a indicação do Sr. Deputado Carlos S. Martinho como autor do Parecer por parte daquele Grupo Parlamentar;
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções (COM (2010) 484). Informou que a elaboração do Parecer da CAE cabia ao PS, nos mesmos termos que as anteriores;
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA) (COM (2010) 521). Informou que a elaboração do Parecer da CAE cabia ao PS, nos mesmos termos que as anteriores, mas com prazo para envio às Instituições da U.E. no dia 1 de Dezembro, pelo que deveria ser apreciado na reunião da CAE de dia 30 de Novembro.

7 - Apreciação e votação da acta n.º 46 de 4 de Novembro de 2010.

O Sr. Vice-Presidente colocou a acta a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE, na ausência do PCP.

8 - Outros Assuntos

Por fim, informou que a Comissão Europeia publicou o seu Programa de Trabalho para 2011 e que, nessa sequência, a CAE solicitará parecer às outras comissões permanentes e organizará a reunião anual para debate deste Programa com o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, um representante da Comissão Europeia, os Eurodeputados portugueses e as Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, no dia 11 de Janeiro.

Informou também que a Tabaqueira solicitara uma Audiência, em conjunto com a Comissão de Saúde, sobre a consulta pública relativa à possível revisão da Directiva de Regulação dos Produtos de Tabaco - Directiva 2001/37/EC. Referiu que o Presidente da Comissão de Saúde sugerira a criação de um grupo ad hoc de Deputados (dois Srs. Deputados de cada Comissão) e registou a concordância dos presentes com a proposta da audiência decorrer com dois Deputados de cada Comissão, que serão designados pelo Presidente da CAE ou/e pelos Coordenadores dos GP com assento na CAE.

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de Dezembro 2010.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Pedro Brandão Rodrigues
Vânia Jesus
Vitalino Canas
João Paulo Pedrosa
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
José Ferreira Gomes
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Honório Novo
Miguel Vale Almeida
Paulo Pisco